



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

ESTRATÉGIA NACIONAL DO SISTEMA HUMANIZADO DE EXECUÇÃO PENAL - ENASEP

ATA DA 4º REUNIÃO:

Participantes:

Dr. **Alexandre Berzosa Saliba**, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público;

Dr. **Brenton Vieira Crispim**, do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socio-educativas – DMF/CNJ;

Dra. **Mônica Nicida Garcia**, Subprocuradora-Geral da República;

Dra. **Andrezza Duarte Caçado**, membro colaboradora do CNMP;

Dr. **Henrique Nogueira Macedo**, membro colaborador do CNMP;

Dr. **Alexandre Lima Raslan**, membro auxiliar do CNMP;

Dr. **Ruy Fernando Gomes Leme Cavalheiro**, Procurador do Trabalho – Vice-Coordenador Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhista na Administração Pública;

Dr. **Alexandre Vieira de Queiroz**, Conselho Federal da OAB;

Dr. **Diogo Machado de Carvalho**, Secretaria de Reforma do Judiciário- MJ;

Dra. **Mara Fregapani Barreto**, Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN;

Dra. **Andrea A. N. Paixão**, do Sindicato dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais – RECIVIL;

Assessores e servidores das instituições acima mencionadas.

Aos onze (11) dias do mês de novembro do ano de dois mil

e quatorze (2014), às 10:00 horas, na sala 307 do CNMP, reuniram-se os integrantes da Estratégia Nacional do Sistema Humanizado de Execução Penal – ENASEP. Dr. Alexandre Saliba abriu os trabalhos fazendo as considerações iniciais. Em seguida, lamentou a ausência dos representantes de alguns órgãos, razão pela qual sugeriu que fossem enviados ofícios requerendo a indicação de representante com poder de deliberação no prazo de dez dias, em face do não comparecimento. Ressaltou que devem ser implementadas algumas ações de curto prazo consignadas no relatório do Programa Segurança sem Violência relacionadas à criação de grupos de trabalho, quais sejam as relacionadas nos itens 3.1, 4.1, 5.1, 6.1, e 7. Sugeriu, portanto, que cada instituição responsável apresente em 10 dias os representantes dos GT e os projetos para desenvolvimento das ações de médio e longo prazo, conforme o programa. Ficou, desde já, responsável pelo GT para alterações legislativas. Teceu considerações sobre as inspeções realizadas em três presídios modelos em Santa Catarina, cujas boas práticas precisam ser disseminadas para outros Estados da Federação, daí a importância da participação da imprensa. Dra. Mara Fregapani falou sobre o que já tem sido feito no Estado do Maranhão após os incidentes em Pedrinhas. Sugeriu-se levar aos presidentes do CNJ, OAB e CNMP proposta de inclusão na pauta da TV Justiça, TV OAB e TV MPF matérias sobre os exemplos de experiências exitosas na execução penal. Dr. Henrique Nogueira discorreu sobre experiências positivas implementadas no regime semiaberto em Minas Gerais. Dr. Alexandre Queiroz falou da realização do seminário sobre a situação do sistema prisional no DF, seguido de audiência pública nos dias 26/11/2014 às 19h e 27/11/2014 às 8h30 na sede da OAB/DF. Dr. Alexandre Saliba sugeriu a realização de um Encontro Nacional de Gestão do Sistema Prisional, com o objetivo de convidar os gestores de unidades prisionais a apresentarem boas práticas. Dra. Mara Fregapani apresentou programação do seminário sobre trabalho do preso, que ocorrerá nos dias 18, 19 e 20/11/2014. Dr. Alexandre Saliba sugeriu que o trabalho da ENASEP fosse divulgado na ocasião. Dr. Ruy Cavalheiro chamou a atenção para os possíveis problemas da informalidade do trabalho do preso, ressaltando que é preciso atingir um equilíbrio. Aventou-se a possibilidade

de desenvolver um documento com orientações ao MPT para uma boa atuação no que se refere ao trabalho da pessoa segregada, com a ressalva do respeito à autonomia ministerial. Em seguida, Dra. Andrea Paixão apresentou o trabalho desenvolvido pelo programa RECIVIL, cujo objetivo precípua é oferecer certidões de nascimento aos presos no Estado de Minas Gerais com total gratuidade. Afirmou que mais de 30 mil certidões já foram emitidas naquele Estado por meio do referido programa. Dra. Mara Fregapani lembrou que a SENASP está desenvolvendo um fluxo de documentação do preso, conforme mencionado na 2ª reunião da ENASEP. Após várias manifestações e profícuas discussões, os integrantes da ENASEP chegaram aos seguintes **encaminhamentos**:

a) serão expedidos ofícios aos representantes das instituições ausentes, especialmente o CONSEJ, para que compareçam às reuniões, haja vista a importância da participação de todas as instituições convidadas nas decisões do grupo.

b) os integrantes da ENASEP responsáveis por metas expostas no relatório do Programa Segurança sem Violência deverão implementar, de imediato, as seguintes ações:

- Ação 3.1: criação de GT para discussão dos mecanismos de governança da política penitenciária nacional. Responsável: MJ – DEPEN;

- Ação 4.1: elaboração de diagnóstico sobre as unidades prisionais que necessitam de reforma e construção no Brasil. Responsável: CONSEJ;

- Ação 5.1: criação de GT interinstitucional visando à elaboração de propostas de criação de incentivos fiscais e benefícios para empresas que contratem detentos e egressos. OAB deverá consultar advogado tributarista e trabalhista para apresentar parecer sobre desoneração fiscal e trabalhista para o município sede de unidade prisional.

- Ação 6.1: fomento à implantação de Centrais Integradas de Alternativas Penais. Responsável: MJ-DEPEN.

- Ação 7: Criação de GT ou subgrupo para fomentar as alterações legislativas. O representante do CNMP, Conselheiro Alexandre Saliba, desde já, se responsabiliza pela formação e liderança do referido

grupo de trabalho.

Fica fixado o prazo de dez dias para apresentação dos representantes dos GTs e dos projetos para o desenvolvimento das ações de médio e longo prazo, por cada instituição responsável, de acordo com o programa.

c) deverá ser feito um Encontro Nacional de Gestão do Sistema Prisional, para que os gestores de unidades prisionais apresentem suas boas práticas.

d) Dra. Andrea Paixão trará na próxima reunião um roteiro de implantação do projeto RECIVIL para uso em âmbito nacional.

e) a 5ª Reunião da ENASEP será realizada no dia 10 de dezembro de 2014, às 10h, na sala 307 do CNMP.

Encerrada a reunião às 12h, dela lavrou-se esta ata, que segue assinada pelo Conselheiro Alexandre Saliba.

Brasília, 11 de novembro de 2014.

CONSELHEIRO ALEXANDRE BERZOSA SALIBA
Conselho Nacional do Ministério Público